



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

PARECER Nº 03.2022.DCI.MPAM

**PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO SOBRE AS CONTAS DA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

- 2021 -

**DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Março/2022



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. RELATÓRIO DE ANÁLISE – 2021	4
3. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA PGJ.....	5
4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA PGJ.....	7
4.1. DESTAQUES DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS - RECEBIDOS	8
4.2. RESUMO DO ORÇAMENTO INICIAL + CRÉDITOS SUPLEMENTARES = ORÇAMENTO AUTORIZADO	8
4.3. DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO AUTORIZADO	9
5. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	9
5.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL.....	11
5.2. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12
5.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13
5.4. RESULTADO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15
6. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA.....	16
6.1. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA TOTAL	17
7. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS.....	18
7.1. DESPESAS EXECUTADAS.....	18
7.2. RESULTADO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	19
8. RESULTADO INTERNO DA PGJ	20
9. ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR EXERCÍCIOS ANTERIORES	20
11. SALDOS FINANCEIROS	30
12. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	31
13. LIMITES DE GASTOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	32
14. DA GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	32
15. TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES	33
16. RECOMENDAÇÕES	34
17. PARECER TÉCNICO	34



1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Parecer Técnico Conclusivo da Unidade de Controle Interno sobre as Contas do Exercício de 2021 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (PGJ), com o objetivo de encaminhar o processo de Prestação de Contas ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM.

Considerando as atribuições determinadas pela Resolução nº 05 de 22/02/1990, do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, em seu art. 2º, inciso I, conjugado com as disposições do ATO nº 176/2021 desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM e, precipuamente, o disposto no Art. 70 da Constituição Federal de 1988, esta Divisão de Controle Interno – DCI, órgão encarregado pelo controle e inspeção das informações orçamentárias, patrimoniais, financeiras e contábeis da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, elaborou relatório de análise e parecer sobre a gestão orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e operacional concernente ao exercício financeiro de 2021.

Nesses termos, segue o parecer (acompanhado do relatório de análise) correspondente ao período de 01/01/2021 a 31/12/2021, sendo o mesmo parte integrante da prestação de contas que deverá ser encaminhada ao E. TCE/AM, por meio do sistema e-Contas, ex vi Resoluções TCE/AM nº 013/2015 e nº 004/2016.

2. RELATÓRIO DE ANÁLISE – 2021

O Orçamento Geral do Estado do Amazonas para o exercício de 2021 foi aprovado pela Lei n.º 5.365 datada de 30/12/2020, sendo aprovado o demonstrativo de Detalhamento da Despesa pela mesma Lei. Esta Legislação Orçamentária foi elaborada seguindo as orientações e premissas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2021.



Nesta mesma legislação, encontramos o orçamento para a Unidade orçamentária 3101 – Procuradoria-Geral de Justiça. Assim, abordamos na análise os tópicos: 3) Gestão Administrativa; 4) Gestão Orçamentária; 5) Receitas Orçamentárias; 6) Movimentação Financeira; 7) Despesas Orçamentárias; 8) Resultado da Movimentação Financeira e Execução da Despesa; 9) Resultado Interno; 10) Restos a Pagar; 11) Inventários; 12) Saldos Financeiros; 13) Situação Previdenciária; 14) Limites de Gastos da LRF; 15) Licitações e Contratos; 16) Transparência das Informações; e 17) Recomendações.

3. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA PGJ

No exercício de 2021, na gestão da PGJ, no que tange à administração dos recursos orçamentários e financeiros bem como à responsabilidade pelas informações patrimoniais e contábeis, estiveram à frente, como responsáveis e ordenadores de despesas, respectivamente, o Excelentíssimo Senhor Doutor Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, exercendo as funções de Procurador-Geral de Justiça e Gestor da PGJ, e o Excelentíssimo Senhor Doutor Géber Mafra Rocha, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Ordenador de Despesas.

A competência para exercer a gestão, bem como a condição de ordenador de despesas, decorre das determinações expressas nas vigentes Constituição Federal da República e Constituição do Estado do Amazonas, bem como na Lei Complementar Estadual nº 11, de 17 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas – LOMPAM).

Na estrutura de gestão do Ministério Público, a supracitada Lei Orgânica estabelece as figuras auxiliares dos cargos de Subprocuradores-Gerais de Justiça, sendo um para tratar de assuntos administrativos e outro para cuidar dos assuntos institucionais, os quais, legal e regimentalmente, mediante ato de delegação,



tomam a capacidade de ordenar despesas durante o exercício, de acordo com a previsão legal.

Esteve à frente do cargo de Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos e Institucionais o Excelentíssimo Senhor Doutor Nicolau dos Santos.

Concernente à Administração e sua estrutura, a Procuradoria-Geral de Justiça desenvolveu suas atividades operacionais, relacionadas à gestão administrativa, com auxílio de uma Diretoria Geral, à qual estavam subordinadas as Diretorias de Planejamento, Diretoria de Orçamento e Finanças, Diretoria de Administração e a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Estas Diretorias, com seus encargos, suas divisões e seções, conduziram os trabalhos administrativos, as atividades de gestão patrimonial, contábil, orçamentária e financeira, sempre orientadas e ao mesmo tempo auxiliando com informações a Subprocuradoria-Geral, bem como o Procurador-Geral de Justiça na tomada das decisões.

A fiscalização contábil, orçamentária, patrimonial e financeira foi exercida por esta Divisão de Controle Interno, órgão técnico de acompanhamento contábil, que atuou de forma independente das diretorias, com vinculação direta ao Procurador-Geral de Justiça.

Em relação às atividades institucionais, o órgão desempenhou sua missão como estabelecido nas Constituições Federal, Estadual e na Legislação pertinente, reservando-se esta analista a apuração da gestão administrativa em sua análise e parecer.

Avaliando a gestão, temos a informar que esta conduziu seus trabalhos dentro dos princípios constitucionais e administrativos que norteiam a Administração Pública, a probidade administrativa e a salvaguarda da res pública, bem como as melhores práticas de administração orçamentária, financeira e patrimonial, zelando pela preservação do patrimônio público, pela moralidade administrativa, transparência, eficiência e pela economicidade, inexistindo, até então, fatos que demonstrem irregularidades e/ou impropriedades em sentido contrário, com o



condão de desabonar sua conduta administrativa e as contas da PGJ no exercício financeiro de 2021, respeitados os limites de observação concernentes à técnica profissional.

4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA PGJ

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2021 do Estado do Amazonas fixou, para a PGJ, a dotação inicial de R\$ 308.400.000,00 (trezentos e oito milhões e quatrocentos mil reais) para o exercício de 2021, sendo R\$ 307.900.000,00 (trezentos e sete milhões e novecentos mil reais) são oriundos de recursos ordinários (procedentes do tesouro estadual), representando 1,64% do total do orçamento do Estado que foi estimado em R\$ 18.887.964.000,00 (dezoito bilhões, oitocentos e oitenta e sete milhões e novecentos e sessenta e quatro mil reais), salienta-se que os recursos destinados a essa unidade gestora são vinculados à Receita Tributária Líquida, como estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2021. A referida vinculação é de 3,60% (três vírgula sessenta por cento), conforme previsão do art. 5º, II da Lei n.º 5.248 de 14/09/2020 – LDO 2021.

Complementando o total do crédito orçamentário, temos ainda o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) que foi previsto a título de recursos de transferências correntes. Este caso trata-se de uma previsão para manutenção das despesas de convênio 009/2020/SNPG/MMFDH visando prover recursos ao Programa de Proteção as Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, que no Estado do Amazonas é gerido pelo Ministério Público Estadual, salienta-se o PROVITA foi criado através da Lei 9.807/99 pelo Governo Federal, e supervisionado pelo Ministério da Justiça.

Quadro 1 – Orçamento Aprovado

Recursos Orçamentários	Valores
Recursos ordinários	R\$ 307.900.000,00
Recursos de convênios	R\$ 500.000,00
Total	R\$ 308.400.000,00

Fonte: LOA 2021; AFI/SEFAZ-AM (ANEXO 10 e ANEXO 12).



4.1. DESTAQUES DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS - RECEBIDOS

Foi recebido o valor de R\$ 500.000,00, oriundos da unidade orçamentária PROVITA e devolvido o valor de R\$ 224.989,58. Com finalidade de manter o Convênio nº 009/2020/SNPG/MMFDH referente às despesas decorrentes do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas. Saliento que o destaque foi realizado por meio de Portaria e em conformidade com o Decreto nº 24.634 de 16/11/2004.

4.2. RESUMO DO ORÇAMENTO INICIAL + CRÉDITOS SUPLEMENTARES = ORÇAMENTO AUTORIZADO

O resumo destas informações relativas ao orçamento inicial e aos créditos suplementares abertos no orçamento da Procuradoria-Geral de Justiça está demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 2 – Recursos orçamentários iniciais + Créditos suplementares

Origem dos recursos orçamentários	Orçamento aprovado por lei	Créditos suplementares	Anulações	Destques	Orçamento autorizado
Recursos ordinários (vinculados à RTL)	R\$ 307.900.000,00	R\$ 148.437.993,21	(R\$ 148.136.376,39)		R\$ 308.201.616,82
Superávit		R\$ 10.948.105,68			R\$ 10.948.105,68
Excesso de arrecadação		R\$ 88.247.690,74			R\$ 88.247.690,74
Recursos de convênios	R\$ 500.000,00				R\$ 500.000,00
Destaque recebido				R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
Destaque devolvido				(R\$ 224.989,58)	(R\$ 224.989,58)
Destaque concedido			(R\$ 6.920.498,40)		R\$ 6.920.498,40
Total	R\$ 308.400.000,00	R\$ 247.633.789,63	(R\$ 155.056.874,79)	R\$ 275.010,42	R\$ 401.251.925,26

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (4511202010000; 5222902000000; 5221201010000; 5221201020000; 5221201050000; 5221901010900)



4.3. DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO AUTORIZADO

Durante a execução orçamentária, houve a necessidade, por parte da Procuradoria-Geral de Justiça, de realizar a abertura de créditos orçamentários ou o reforço de dotações por conta de ajustes na execução de ações e programas previstos, mediante decretos expedidos pelo Governador e aferidos pela Assembleia Legislativa, bem como através de portarias de alteração relativas ao demonstrativo de detalhamento da despesa, como apresentadas no Anexo do Balanço intitulado: 'Demonstrativo dos Créditos Autorizados na Lei Orçamentária', sendo que estas aberturas de créditos correram à conta de anulação de dotações do orçamento da própria Procuradoria-Geral de Justiça, pelo excesso de arrecadação do exercício, e também pelo superávit apurado no exercício anterior. Abaixo está apresentado um quadro 'Demonstrativo do Orçamento' da PGJ em 2021.

Quadro 3 – Demonstrativo do Orçamento Aprovado

Orçamento	Valores
(+) Crédito inicial	R\$ 308.400.000,00
(+) Suplementações	R\$ 247.633.789,63
(-) Anulações	R\$ 148.136.376,39
Destaques de crédito	
(+) Destaques	R\$ 275.010,42
(-) Destaques concedidos	R\$ 6.920.498,40
(=) Orçamento autorizado	R\$ 401.251.925,26

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (DETACONTA, RELEXEORC3 e ANEXO 11).

5. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As receitas orçamentárias da PGJ, no ano de 2021, demonstraram uma execução acima do seu valor estimado, em termos monetários, em uma diferença de R\$ 1.475.015,97 (um milhão e quatrocentos e setenta e cinco mil e quinze reais e noventa e sete centavos). As receitas correntes tiveram movimentação nos



subgrupos de Receitas Patrimoniais, de Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes. Não houve movimentação nos subgrupos de Receita Tributária, Receita de Contribuições, Receita Agropecuária, Receita Industrial e Receita de Serviços.

Cabe esclarecer que a Procuradoria-Geral de Justiça não produz efetivamente receitas tributárias. Em 2021 não arrecadou nenhum tipo de tributo, quer seja imposto, taxa ou contribuição de melhoria. Esta exposição do entendimento de forma reiterada é necessária ante a possível indagação quanto ao financiamento principal de suas atividades. Por isso, é necessário esclarecer que há uma dotação de recursos para fazer face às despesas por meio de um mecanismo de transferência financeira efetivado pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ. Entretanto, algumas receitas são geradas dentro da PGJ tais como receitas patrimoniais, de serviços e outras de expressão menor no volume de recursos disponíveis à administração, tratados em tópicos específicos neste relatório.

Estes recursos disponibilizados pela SEFAZ são denominados de Créditos Orçamentários, e são transferidos na forma de duodécimos à PGJ. A informação prestada neste item é a de que em termos de receita Tributária nada foi previsto, bem como nada foi arrecadado no ano de 2021.

O valor inicialmente previsto para o exercício de 2021, no que diz respeito às receitas orçamentárias, no grupo de Receitas Correntes da Procuradoria-Geral de Justiça era de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), no entanto, pode-se constatar que **o total da receita arrecadada foi de R\$ 4.373.903,01** (quatro milhões e trezentos e setenta e três mil e novecentos e três reais e um centavo).

O Quadro 4, a seguir, busca demonstrar, sinoticamente, a execução orçamentária da receita da PGJ, em 2021, por grupos e subgrupos de receitas orçamentárias. Senão, vejamos.



Quadro 4 – Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária

Receita Orçamentária	Prevista	Atualizada	Executada
Receitas correntes	R\$ 500.000,00	R\$ 2.898.887,04	R\$ 4.373.903,01
Receita patrimonial	R\$ 0,00	R\$ 2.398.887,04	R\$ 2.398.887,04
Transferências correntes	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.482.805,52
Outras receitas correntes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 492.210,45
Total de receitas	R\$ 500.000,00	R\$ 2.898.887,04	R\$ 4.373.903,01

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (ANEXO 12).

Nos subitens seguintes estão detalhadas as movimentações da Receita Patrimonial e Transferências Correntes que foram movimentadas no período.

Adiante, encontram-se mais informações não somente das receitas orçamentárias previstas em 2021 para a PGJ, mas também daquelas realizadas no referido exercício financeiro.

5.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL

Os valores consignados, a título de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos, produziram um resultado de aplicação financeira, no exercício de 2021 no valor de R\$ 2.398.887,04 (dois milhões e trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e oitenta e sete reais e quatro centavos) o qual foi registrado como receita patrimonial.

Os valores dessa Receita Patrimonial durante o exercício estão demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 5 – Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária

Mês	Data	Receita da Aplicação Financeira
Fevereiro	06/02/2021	R\$ 2.842,17
Março	30/03/2021	R\$ 1.625,09
Abril	08/04/2021	R\$ 3.788,01
Maior	31/05/2021	R\$ 3.374,27



Junho	17/06/2021	R\$ 5.260,19
Julho	27/07/2021	R\$ 5.815,08
Agosto	18/08/2021	R\$ 7.313,10
Setembro	29/09/2021	R\$ 8.239,72
Outubro	19/10/2021	R\$ 8.795,69
Novembro	16/11/2021	R\$ 198,71
Novembro	22/11/2021	R\$ 9.615,31
Novembro	30/11/2021	R\$ 47.150,04
Novembro	30/11/2021	R\$ 1.397.479,62
Novembro	30/11/2021	-R\$ 47.150,04
Dezembro	07/12/2021	R\$ 476.380,72
Dezembro	07/12/2021	R\$ 11.319,23
Dezembro	30/12/2021	R\$ 442.914,10
Dezembro	30/12/2021	R\$ 13.926,03
Total		R\$ 2.398.887,04

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (DETACONTA - 4451100000000).

5.2. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Neste caso trata-se da transferência para realização de despesas de convênio firmado com o Governo Federal, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e operacionalizados pelo Ministério da Justiça, visando prover recursos ao Programa de Proteção as Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, que no Estado do Amazonas é gerido pelo Ministério Público Estadual. Em relação ao valor da “Aplicação Financeira PROVITA” foi de R\$ 1.482.805,52 (um milhão e quatrocentos e oitenta e dois mil e oitocentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos).



Quadro 6 – Demonstrativo das Transferências Correntes

Transferências correntes	Valores
Convênio PROVITA	
Aplicação financeira PROVITA	R\$ 1.482.805,52
Total	R\$ 1.482.805,52

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (ANEXO 01 e 10).

5.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Conforme informações do Departamento de Orçamento e Finanças, as “Outras Receitas Correntes”, registradas em 2021, totalizaram R\$ 492.210,45 (quatrocentos e noventa e dois mil e duzentos e dez reais e quarenta e cinco centavos) e referem-se as contas “Demais Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores, Ressarcimentos e Outras Restituições”, abaixo discriminadas:

Quadro 7 – Demonstrativo das Outras Receitas Correntes

Data	Outras Receitas Correntes	Valores
31/12/2020	5745 - Demais Recuperação De DEA	R\$ 85.670,18
03/02/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 9.798,49
03/02/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 42.650,14
30/03/2021	5739 - Outras Restituições	R\$ 1.018,19
31/03/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 4.643,66
31/03/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 295,49
31/03/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 1.700,00
31/03/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 28.851,66
31/03/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 19.852,22
14/06/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 902,96
14/06/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 23.961,93
14/06/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 27.226,64
14/06/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 15.000,00
14/06/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 10.451,41
06/07/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 22.308,37



06/07/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 2.919,09
06/07/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 1.183,09
27/07/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 16.798,03
27/07/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 1.895,66
09/08/2021	5873 - Ressarcimentos	R\$ 2.469,06
25/08/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 772,73
27/09/2021	5730 - Demais Recuperação De DEA	R\$ 2.005,00
27/09/2021	5730 - Demais Recuperação De DEA	R\$ 1.320,50
29/09/2021	5739 - Outras Restituições	R\$ 199,95
29/09/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 4.049,35
29/09/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 19.354,79
29/09/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 132,79
29/09/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 132,79
29/09/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 21.473,80
29/09/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 2.349,04
25/10/2021	5739 - Outras Restituições	R\$ 199,95
09/11/2021	5739 - Outras Restituições	R\$ 940,87
09/11/2021	5739 - Outras Restituições	R\$ 1.711,43
22/11/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 973,03
22/11/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 22.721,79
24/11/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 9.396,98
29/11/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 20.306,97
29/11/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 9.107,96
30/11/2021	5739 - Outras Restituições	R\$ 2.450,00
30/11/2021	5739 - Outras Restituições	R\$ 1.000,00
06/12/2021	5739 - Outras Restituições	R\$ 910,00
06/12/2021	5745 - Demais Recuperação De DEA	R\$ 2.433,23
13/12/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 2.653,30
13/12/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 1.793,20
13/12/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 358,64
16/12/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 41.364,78
30/12/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 1.327,88



30/12/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 632,52
30/12/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 175,55
30/12/2021	5743 - Outras Restituições	R\$ 365,36
Total		R\$ 492.210,45

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (DETACONTA 4996102990000; 4999101990000 e 4999101010000).

5.4. RESULTADO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O estudo do comportamento da receita orçamentária demonstra uma realização de receita acima do previsto, o que corresponde a um cenário de excesso de arrecadação, resultado esse igual ao ano anterior.

Quadro 8 – Demonstração do Resultado da Receita Orçamentária

Receita orçamentária	Valores previstos	Valores executados	Diferença
Receitas correntes	R\$ 2.898.887,04	R\$ 4.373.903,01	R\$ 1.475.015,97
Receita patrimonial	R\$ 2.398.887,04	R\$ 2.398.887,04	R\$ 0,00
Transferências correntes	R\$ 500.000,00	R\$ 1.482.805,52	R\$ 982.805,52
Outras receitas correntes	R\$ 0,00	R\$ 492.210,45	R\$ 492.210,45
Demais recuperação de DEA	R\$ 0,00	R\$ 91.428,91	R\$ 91.428,91
Outras restituições	R\$ 0,00	R\$ 398.312,48	R\$ 398.312,48
Ressarcimentos	R\$ 0,00	R\$ 2.469,06	R\$ 2.469,06
Receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Resultado	Excesso de arrecadação		R\$ 1.475.015,97

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (ANEXO 12).

Cabe ressaltar que quando a Receita Prevista é menor que a Receita Executada, configura-se um Excesso de Arrecadação e, quando a Receita Prevista é maior que a Receita Executada, configura uma Frustração de Receita.



6. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A movimentação financeira executada pela Procuradoria-Geral de Justiça no ano de 2021 demonstra o recebimento das Receitas oriundas do repasse financeiro constitucional. Sob este ponto temos algumas observações importantes. Cabe informar que o cálculo da Receita Tributária Líquida é realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.

Em relação aos recursos ordinários, o valor do orçamento no ano de 2021, havia sido previsto em R\$ 308.400.000,00 (R\$ 307.900.000,00 do orçamento de recursos ordinários e R\$ 500.000,00 derivado de transferências do Governo Federal), vide quadro 01.

A movimentação financeira (recebimento) de Recursos Ordinários em 2021 totalizou R\$ 393.718.403,75 (trezentos e noventa e três milhões e setecentos e dezoito mil e quatrocentos e três reais e setenta e cinco centavos) relativos ao orçamento previsto (fonte 100), acrescidos de R\$ 458.000,00 (Exercício 2020) repassados pela unidade gestora PROVITA a título de Destaque das fontes 140 e 145, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 9 – Demonstração da Movimentação de Recursos Orçamentários

Mês	Receitas Ordinárias Recebidas
Janeiro	R\$ 34.714.437,58
Fevereiro	R\$ 28.952.216,22
Março	R\$ 28.469.089,56
Abril	R\$ 29.288.022,75
Mai	R\$ 30.124.163,34
Junho	R\$ 32.258.691,80
Julho	R\$ 32.011.561,86
Agosto	R\$ 35.343.187,01
Setembro	R\$ 31.184.953,84
Outubro	R\$ 36.900.596,31
Novembro	R\$ 35.636.996,65
Dezembro	R\$ 38.834.486,83



Recursos recebidos	R\$ 393.718.403,75
(+) Destaques recebidos SEFAZ	R\$ 400.000,00
(+) Destaques recebidos PROVITA	R\$ 958.000,00
(-) Destaques devolvidos PROVITA	R\$ 224.989,58
(+) Destaques recebidos FAMP	R\$ 0,00
(-) Destaques devolvidos FAMP	R\$ 0,00
(-) Destaques concedidos	R\$ 6.920.498,40
(=) Movimentação financeira	R\$ 387.930.915,77

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (DETACONTA, 4511202020000; 4511202010000; 4511202050000; 4511202030000; 3511202010000; 3511203010000)

Em relação ao valor de R\$ 400.000,00 recebido da SEFAZ/AM, trata-se de repasse financeiro para pagamento de emenda parlamentar de 2020, conforme ofício nº 1282/2021-pgj de 18.05.2021.

Salientamos que o valor referente ao repasse líquido do Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, no exercício de 2021, foi de R\$ 275.010,42, e teve como objeto a Manutenção do Programa PROVITA-AM.

6.1. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA TOTAL

A Procuradoria-Geral de Justiça movimentou financeiramente em 2021 as Receitas Orçamentárias acrescidas dos Recursos Recebidos do Tesouro Estadual e dos recursos recebidos a título de destaque, conforme quadro abaixo:

Quadro 10 – Demonstração da Movimentação Financeira Total

Título	Executado
Receita orçamentária	R\$ 4.373.903,01
Recursos recebidos do tesouro	R\$ 393.718.403,75
Recursos recebidos do destaque	R\$ 1.358.000,00
Recursos devolvidos do destaque	R\$ 224.989,58
Recursos concedidos do destaque	R\$ 6.920.498,40
Total da movimentação	R\$ 392.304.818,78

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (4451102030000 + 4996102990000 + 4999101990000 + 2289303000000 + 4511202020000 + 4511202010000 – 3511203010000)



O estudo do comportamento da receita orçamentária demonstra uma realização de receita acima do previsto, o que corresponde a um cenário de excesso de arrecadação, resultado esse igual ao ano anterior.

7. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

7.1. DESPESAS EXECUTADAS

Avaliamos o comportamento da despesa orçamentária e verificamos que as despesas foram realizadas com o devido processamento legal, qual seja – procedimentos licitatórios ou a viabilidade para suas dispensas ou inexigibilidades, conforme estabelecido na lei 4.320/64 que determina as fases de empenho, liquidação e pagamento. Estas fases, cumpridas via Sistema de Administração Financeira – AFI – operacionalizado pela Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, desta Procuradoria-Geral de Justiça. A condução das licitações se deu por intermédio da Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça e as dispensas de licitação e ou inexigibilidades foram precedidas sempre de análise jurídica pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

As despesas previstas no orçamento da PGJ para o exercício de 2021 totalizavam inicialmente R\$ 308.400.000,00 (trezentos e oito milhões e quatrocentos mil reais). Com todas as alterações orçamentárias (suplementações/anulações e destaques recebidos e concedidos) o crédito orçamentário disponível para empenho (despesa autorizada) elevou-se a R\$ 401.251.925,26 (quatrocentos e um milhões e duzentos e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos). Desse valor **foram empenhados R\$ 401.186.095,04** (quatrocentos e um milhões, cento e oitenta e seis mil, noventa e cinco reais e quatro centavos), executados pela própria PGJ.

Observamos que a utilização de recursos em despesas da Procuradoria-Geral de Justiça obedeceu aos programas e ações orçamentárias, estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária, em acordo com a finalidade da ação, bem



como de forma complementar por intermédio da gestão das despesas de outros programas já existentes ou por crédito recebido por meio de destaque orçamentário, observando os princípios orçamentários da programação e da especialização da despesa pública.

Estas despesas foram utilizadas nos grupos de despesas da seguinte forma:

Quadro 11 – Demonstração da Despesa Orçamentária

Grupo	Parâmetro	Valores
1	Pessoal e Encargos	R\$ 267.218.722,29
3	Outras Despesas Correntes	R\$ 128.625.126,96
4	Investimentos	R\$ 5.342.245,79
Total de despesas empenhadas		R\$ 401.186.095,04

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (ANEXO 12)

7.2. RESULTADO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Diante de um quadro em que a despesa autorizada é maior do que a despesa realizada, tem-se a formação de um cenário de economia orçamentária, caso contrário, o cenário é de excesso de despesa.

A despesa fixada final para o exercício de 2021 na Procuradoria-Geral de Justiça foi no valor de R\$ 401.251.925,26 (quatrocentos e um milhões e duzentos e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos). Em relação à Despesa Executada (empenhada), de acordo com o Balanço Orçamentário, tivemos um total de despesas no montante de R\$ 401.186.095,04 (quatrocentos e um milhões, cento e oitenta e seis mil, noventa e cinco reais e quatro centavos). Assim, confrontando a Despesa Fixada com a Despesa Executada tivemos uma economia orçamentária, conforme demonstração do quadro a seguir:



Quadro 12 – Demonstração do Resultado da Despesa Orçamentária

Despesa	Despesa fixada	Despesa executada	Diferença
Despesa orçamentária	R\$ 401.251.925,26	R\$ 401.186.095,04	R\$ 65.830,22
Resultado		Economia de despesa	R\$ 65.830,22

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (ANEXO 12)

8. RESULTADO INTERNO DA PGJ

O resultado demonstrado no balanço patrimonial do exercício de 2021 da Procuradoria-Geral de Justiça indica um superávit financeiro de R\$ 4.007.203,49 (quatro milhões e sete mil e duzentos e três reais e quarenta e nove centavos). Esse resultado é o confronto entre ativo financeiro e passivo financeiro, conforme tabela abaixo:

Quadro 13 – Demonstração do Superávit Financeiro

Ativo financeiro	Passivo Financeiro	
R\$ 20.880.536,64	R\$ 3.069.212,13	Passivo circulante
	R\$ 13.804.121,02	RAP
Superávit	R\$ 4.007.203,49	

Fonte: AFI/SEFAZ-AM (ANEXO 14)

9. ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR EXERCÍCIOS ANTERIORES

Comparando-se os restos a pagar não processados constatamos que o valor de R\$ 1.433.446,47 (um milhão e quatrocentos e trinta e três mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos). Análise dos Restos a Pagar Processados exercícios anteriores referem-se a pagamentos em trâmite na virada do exercício, conforme lista a seguir:



Quadro 14 – Demonstração dos Restos a Pagar Processados

Nº	NE	Credor	Valores
1	2021NE0000068	MUNICIPIO DE MAUES	R\$ 28.383,77
2	2021NE0000481	FOLHA DE PAGAMENTO - LIQUIDO PGJ/AM ATIVOS	R\$ 6.551,79
3	2021NE0000593	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL / INS	R\$ 1.862,73
4	2021NE0000620	FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	R\$ 210,65
5	2021NE0001212	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL / INSS	R\$ 27,88
6	2021NE0001239	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL / INS	R\$ 432,22
7	2021NE0001354	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL / INS	R\$ 51,80
8	2021NE0001374	MANAUSPREV FUNDO UNICO DE PREV DO MUNIC D	R\$ 185,47
9	2021NE0001588	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL / INSS	R\$ 142.888,26
10	2021NE0001589	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL / INSS	R\$ 720,37
11	2021NE0001596	MANAUSPREV FUNDO UNICO DE PREV DO MUNIC DE	R\$ 198,71
12	2021NE0001845	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	R\$ 281,50
13	2021NE0001860	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL / INS	R\$ 360,18
14	2021NE0001953	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL / INSS	R\$ 145.563,07
15	2021NE0001960	FUNDAÇÃO AMAZONPREV	R\$ 468,68
16	2021NE0001991	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL / INS	R\$ 64.091,21
17	2021NE0002043	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE RORAIM	R\$ 1.982,92
18	2021NE0002044	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE RORAIM	R\$ 1.982,92
19	2021NE0002047	FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	R\$ 210,65
20	2021NE0002048	FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	R\$ 210,65
21	2021NE0002049	MANAUSPREV FUNDO UNICO DE PREV DO MUNIC DE	R\$ 185,47
22	2021NE0002050	MANAUSPREV FUNDO UNICO DE PREV DO MUNIC DE	R\$ 185,47
23	2021NE0002051	MANAUSPREV FUNDO UNICO DE PREV DO MUNIC DE	R\$ 185,47
24	2021NE0002129	MANAUSPREV FUNDO UNICO DE PREV DO MUNIC DE	R\$ 45,95
25	2021NE0002137	FUNDAÇÃO AMAZONPREV	R\$ 1.036.178,68
Total			R\$ 1.433.446,47

Fonte: AFI/SEFAZ-AM

Abaixo seguem listadas as Notas de Empenhos (NE) de 2021, que serão inscritas como Restos a Pagar Não Processados para o exercício de 2022:



Quadro 15 – Demonstração dos Restos a Pagar Não Processados

Nº	NE	Credor	Valores
1	2021NE0000023	F N DE ALMEIDA EPP	R\$ 1.992,00
2	2021NE0000070	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFO	R\$ 75.612,28
3	2021NE0000080	FRANCISCO W A JUNIOR ENGENHARIA AMBIENTAL	R\$ 18.716,42
4	2021NE0000100	AMAZONAS ENERGIA S/A	R\$ 73.843,83
5	2021NE0000101	PRODAM PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS	R\$ 18.130,49
6	2021NE0000102	SIDI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME	R\$ 41.800,00
7	2021NE0000122	ALVES LIRA LTDA	R\$ 204.000,00
8	2021NE0000123	PRODAM PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS	R\$ 1.382,31
9	2021NE0000124	PRODAM PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS	R\$ 1.995,59
10	2021NE0000125	VANIAS BATISTA MENDONÇA	R\$ 22.000,00
11	2021NE0000129	AMAZONAS ENERGIA S/A	R\$ 121.971,61
12	2021NE0000141	PRODAM PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS	R\$ 35.181,46
13	2021NE0000142	COSAMA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS	R\$ 2.313,71
14	2021NE0000146	ELEVADORES BRASIL LTDA - EPP	R\$ 4.800,00
15	2021NE0000147	EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM	R\$ 12.291,97
16	2021NE0000149	SIDI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME	R\$ 7.175,00
17	2021NE0000173	PROTENORTE MATERIAIS DE SEGURANCA LTDA	R\$ 320,00
18	2021NE0000175	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO	R\$ 22.801,28
19	2021NE0000188	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	R\$ 13.825,04
20	2021NE0000192	MARIA CONSUELO SOARES DA MATA - ME	R\$ 1.202,00
21	2021NE0000286	SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA	R\$ 4.726,55
22	2021NE0000287	SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA	R\$ 64.141,60
23	2021NE0000289	SAMUEL MENDES DA SILVA	R\$ 4.166,66
24	2021NE0000305	AMAZONAS ENERGIA S/A	R\$ 72.193,48
25	2021NE0000313	HUGHES TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA	R\$ 62.544,03
26	2021NE0000314	HUGHES TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA	R\$ 16.760,56
27	2021NE0000418	ECOSEGM E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME	R\$ 9.900,00
28	2021NE0000445	MAPROTEM MANAUS VIG. E PROTEÇÃO ELET. MONIT	R\$ 4.065,00



29	2021NE0000467	G REFRIGERAÇÃO COM E SERV DE REFRIGERAÇÃO	R\$ 26.679,47
30	2021NE0000483	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	R\$ 1.950,25
31	2021NE0000499	AMAZONAS ENERGIA S/A	R\$ 180,00
32	2021NE0000580	TELEFONICA BRASIL S.A.	R\$ 14.766,00
33	2021NE0000608	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IRAND	R\$ 30,00
34	2021NE0000609	VILA DA BARRA COM E REP E SERV DE DEDETIZACA	R\$ 2.703,33
35	2021NE0000612	LOGIDATA SOLUÇÕES EIRELI	R\$ 1.499,90
36	2021NE0000613	LOGIDATA SOLUÇÕES EIRELI	R\$ 1.731,60
37	2021NE0000623	EZEQUIAS DOS SANTOS FERNANDES	R\$ 227,79
38	2021NE0000628	JF TECNOLOGIA LTDA -ME	R\$ 367.453,53
39	2021NE0000632	VERA NEIDE PINTO CAVALCANTE	R\$ 5.000,00
40	2021NE0000636	MANAUS AMBIENTAL S.A	R\$ 7.861,84
41	2021NE0000639	ORBITY COMÉRCIO DE MATERIAL PUBLICITÁRIO LTDA	R\$ 24,60
42	2021NE0000646	EQUILIBRIUM CONSULTORIOS CONSULTORIA E PRO	R\$ 8.799,30
43	2021NE0000723	CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	R\$ 16.803,32
44	2021NE0000736	M. MOCELIN LTDA	R\$ 1.288,90
45	2021NE0000750	PRODAM PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS	R\$ 2.888,47
46	2021NE0000751	ORBITY COMÉRCIO DE MATERIAL PUBLICITÁRIO LTDA	R\$ 123,00
47	2021NE0000782	ORBITY COMÉRCIO DE MATERIAL PUBLICITÁRIO LTDA	R\$ 24,60
48	2021NE0000795	AMAZONAS ENERGIA S/A	R\$ 82.827,98
49	2021NE0000897	OI S.A.	R\$ 72.009,89
50	2021NE0000910	T N NETO EIRELI	R\$ 65.426,14
51	2021NE0000911	T N NETO EIRELI	R\$ 14.189,65
52	2021NE0000913	COMPANHIA HUMAITENSE DE AGUAS E SANEAMENT	R\$ 1.117,38
53	2021NE0000914	ORBITY COMÉRCIO DE MATERIAL PUBLICITÁRIO LTDA	R\$ 172,20
54	2021NE0000919	GIBBOR BRASIL PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	R\$ 5.300,00
55	2021NE0000938	MARIA CLEOFAS SAMPAIO ARAUJO	R\$ 8.790,00
56	2021NE0000939	MARIA CLEOFAS SAMPAIO ARAUJO	R\$ 2.925,00
57	2021NE0000943	SOUZA E FRAGATA SERVICOS DE REFORMAS, MANU	R\$ 8.033,90
58	2021NE0000959	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 1.524,00
59	2021NE0000960	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 776,00
60	2021NE0000992	OI S.A.	R\$ 30.000,00



61	2021NE0001018	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	R\$ 705.269,94
62	2021NE0001023	EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM	R\$ 24.600,00
63	2021NE0001073	ORBITY COMÉRCIO DE MATERIAL PUBLICITÁRIO LTDA	R\$ 98,40
64	2021NE0001074	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 1.552,00
65	2021NE0001075	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 580,00
66	2021NE0001077	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 487,00
67	2021NE0001078	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 388,00
68	2021NE0001080	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 1.651,00
69	2021NE0001081	TRAZ EMPREENDIMENTOS E COMERCIO- EIRELI	R\$ 1.500,00
70	2021NE0001099	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 1.712,00
71	2021NE0001102	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 1.452,00
72	2021NE0001103	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 2.527,00
73	2021NE0001104	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 3.036,00
74	2021NE0001105	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 1.936,00
75	2021NE0001106	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 1.395,00
76	2021NE0001108	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 2.128,00
77	2021NE0001110	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 2.000,00
78	2021NE0001112	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 468,00
79	2021NE0001135	SENCINET BRASIL SERVICOS	R\$ 134.233,32
80	2021NE0001136	SENCINET BRASIL SERVICOS	R\$ 34.139,40
81	2021NE0001137	SENCINET BRASIL SERVICOS	R\$ 4.930,00
82	2021NE0001146	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 2.357,00
83	2021NE0001149	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 2.436,00
84	2021NE0001152	ROBERTO NOGUEIRA	R\$ 216,03
85	2021NE0001159	DAHORA PUBLICIADE, SERVIÇOS GRAFICOS E EVEN	R\$ 692,10
86	2021NE0001160	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 1.991,00
87	2021NE0001162	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 776,00
88	2021NE0001165	TALENTOS SERVIÇOS DE PRE-IMPRESSÃO LTDA	R\$ 430,00
89	2021NE0001180	ORION SERVICOS TECNICOS EIRELI	R\$ 857.207,02
90	2021NE0001186	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	R\$ 0,01
91	2021NE0001254	HARDBOARD DA AMAZONIA LTDA-EPP	R\$ 6.980,00
92	2021NE0001255	DAHORA PUBLICIADE, SERVIÇOS GRAFICOS E EVEN	R\$ 692,10



93	2021NE0001257	HARDBOARD DA AMAZONIA LTDA-EPP	R\$ 2.490,00
94	2021NE0001281	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 1.744,00
95	2021NE0001287	S G R H SER DE GESTAO DE RECURSOS HUM E COM	R\$ 196.017,13
96	2021NE0001288	SOLUTION COMERCIOS E SERVIÇOS EIRELI	R\$ 124,25
97	2021NE0001293	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 580,00
98	2021NE0001295	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 776,00
99	2021NE0001296	HARDBOARD DA AMAZONIA LTDA-EPP	R\$ 2.490,00
100	2021NE0001309	HARDBOARD DA AMAZONIA LTDA-EPP	R\$ 3.490,00
101	2021NE0001311	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 3.000,00
102	2021NE0001312	DAHORA PUBLICIADE, SERVIÇOS GRAFICOS E EVEN	R\$ 243,57
103	2021NE0001315	SENCINET BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACO	R\$ 7.830,28
104	2021NE0001316	SENCINET BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACO	R\$ 1.991,47
105	2021NE0001323	DAHORA PUBLICIADE, SERVIÇOS GRAFICOS E EVEN	R\$ 487,14
106	2021NE0001334	DIDAQUE EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 8.185,38
107	2021NE0001340	S G R H SER DE GESTAO DE RECURSOS HUM E COM	R\$ 388.050,00
108	2021NE0001346	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 468,00
109	2021NE0001465	PRODAM PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS	R\$ 2.104,69
110	2021NE0001466	PRODAM PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS	R\$ 2.459,58
111	2021NE0001467	TALENTOS SERVIÇOS DE PRE-IMPRESSÃO LTDA	R\$ 225,00
112	2021NE0001468	TALENTOS SERVIÇOS DE PRE-IMPRESSÃO LTDA	R\$ 11.476,20
113	2021NE0001478	SENCINET BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACO	R\$ 204.809,00
114	2021NE0001479	SENCINET BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACO	R\$ 53.826,45
115	2021NE0001480	SENCINET BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACO	R\$ 14.466,00
116	2021NE0001502	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 776,00
117	2021NE0001503	TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFIC	R\$ 179,76
118	2021NE0001504	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 1.372,00
119	2021NE0001505	MARIA CLEOFAS SAMPAIO ARAUJO	R\$ 11.715,00
120	2021NE0001510	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 2.020,00
121	2021NE0001511	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 20.000,00
122	2021NE0001543	OCA VIAGENS E TURISMO DA AMAZONIA LIMITADA	R\$ 99.999,99
123	2021NE0001545	OI S.A.	R\$ 23.526,24
124	2021NE0001553	SIS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	R\$ 397,88



125	2021NE0001554	SOLUTION COMERCIOS E SERVIÇOS EIRELI	R\$ 497,00
126	2021NE0001631	BERKANA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA	R\$ 283.640,00
127	2021NE0001651	CLELIO DA SILVA MOURA	R\$ 1.508,46
128	2021NE0001662	SIDI SERVIÇOS DE COMUNICA	R\$ 3.325,00
129	2021NE0001663	MASTER COMERCIO DE TAPETES LTDA	R\$ 12.024,00
130	2021NE0001664	LAR E COZINHA COMERCIAL LTDA	R\$ 3.195,88
131	2021NE0001665	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 487,00
132	2021NE0001666	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 388,00
133	2021NE0001668	HARDBOARD DA AMAZONIA LTDA-EPP	R\$ 3.490,00
134	2021NE0001674	BERKANA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA	R\$ 430.200,00
135	2021NE0001683	HARDBOARD DA AMAZONIA LTDA-EPP	R\$ 42.450,00
136	2021NE0001685	BRAGAL COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	R\$ 11.912,54
137	2021NE0001686	BRAGAL COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	R\$ 21.400,60
138	2021NE0001698	WERDEN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 24.880,00
139	2021NE0001701	FRANCISCO IDOMARK RABELO DAMASCENO	R\$ 12.750,00
140	2021NE0001702	UPDATE DIGITAL TECNOLOGIA	R\$ 1.400,00
141	2021NE0001703	PRODAM PROCESSAMENTO D	R\$ 61.473,25
142	2021NE0001707	RCK SOLUÇÕES E NEGÓCIOS EIRELI	R\$ 1.431,69
143	2021NE0001708	MULTIPLoS COMERCIO E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 575,00
144	2021NE0001710	P B L SERVICOS ELETRICOS E DE REFRIGERACAO E	R\$ 2.400,00
145	2021NE0001711	LAR E COZINHA COMERCIAL LTDA	R\$ 2.503,96
146	2021NE0001712	LAR E COZINHA COMERCIAL LTDA	R\$ 1.383,84
147	2021NE0001721	OI S.A.	R\$ 13.406,21
148	2021NE0001722	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 3.227,23
149	2021NE0001723	HARDBOARD DA AMAZONIA LTDA-EPP	R\$ 2.490,00
150	2021NE0001727	SOFTPLAN PLANEJAMENTO E	R\$ 623.078,78
151	2021NE0001728	SOFTPLAN PLANEJAMENTO E	R\$ 109.712,06
152	2021NE0001729	SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA	R\$ 399.741,60
153	2021NE0001735	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	R\$ 7.155,01
154	2021NE0001772	BERKANA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA	R\$ 150.954,75
155	2021NE0001810	P B L SERVICOS ELETRICOS E DE REFRIGERACAO E	R\$ 2.400,00
156	2021NE0001811	LAR E COZINHA COMERCIAL LTDA	R\$ 677,62



157	2021NE0001812	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 1.673,00
158	2021NE0001813	LABOR INDUSTRIA DE MOVEIS PARA ESCRITORIO EIR	R\$ 1.317,00
159	2021NE0001814	DIDAQUE EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 1.364,23
160	2021NE0001815	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 2.526,00
161	2021NE0001830	SOLUTION COMERCIOS E SERVIÇOS EIRELI	R\$ 372,75
162	2021NE0001831	MIL PRINT INFORMÁTICA EIRELI	R\$ 19.155,50
163	2021NE0001832	MICROSENS S A	R\$ 4.200,00
164	2021NE0001833	ANDRE DE VASCONCELOS GITIRANA	R\$ 1.329,96
165	2021NE0001837	PROJECTA SOLUÇÕES	R\$ 360.294,25
166	2021NE0001841	SILVA E LIMA PARTICIPAÇÕES	R\$ 31.751,15
167	2021NE0001842	TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA	R\$ 150.816,37
168	2021NE0001843	TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA	R\$ 31.200,00
169	2021NE0001844	TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA	R\$ 150.000,00
170	2021NE0001854	DAHORA PUBLICIADE, SERVIÇOS GRAFICOS E EVENT	R\$ 1.049,00
171	2021NE0001857	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE RORAIM	R\$ 3,83
172	2021NE0001858	MODULO ENGENHARIA LTDA	R\$ 1.798.721,67
173	2021NE0001877	LANLINK SOLUCOES E COMER	R\$ 513.475,87
174	2021NE0001879	TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA	R\$ 421.500,00
175	2021NE0001889	OI S.A.	R\$ 40.316,00
176	2021NE0001909	GABRIEL AGUIAR DE LIMA	R\$ 7.000,00
177	2021NE0001917	EYES NWHERE SISTEMAS INT	R\$ 108.000,00
178	2021NE0001918	TOYOLEX AUTOS LTDA	R\$ 6.761,00
179	2021NE0001919	REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINA	R\$ 5.040,00
180	2021NE0001920	GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA	R\$ 2.285.100,00
181	2021NE0002014	HORIZONTE MOVEIS DE ESCRITORIO EIRELI	R\$ 699,00
182	2021NE0002015	DIDAQUE EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 1.364,23
183	2021NE0002016	DANIEL NOBRE B DE AZEVEDO	R\$ 1.164,00
184	2021NE0002017	LAR E COZINHA COMERCIAL LTDA	R\$ 677,62
185	2021NE0002021	LILIAN MARIA PIRES STONE	R\$ 1.819,22
186	2021NE0002024	RAPHAEL VITORIANO BASTOS	R\$ 251,43
187	2021NE0002025	PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES	R\$ 251,44
188	2021NE0002026	LUCIANA DE SOUZA CARVALHO	R\$ 251,44



189	2021NE0002027	LEANDRO DE OLIVEIRA PORTELA	R\$ 251,43
190	2021NE0002029	FUNDAÇÃO AMAZONICA AMPA	R\$ 255.447,07
191	2021NE0002030	FUNDAÇÃO AMAZONICA AMPA	R\$ 20.015,92
192	2021NE0002031	FUNDAÇÃO AMAZONICA AMPA	R\$ 275.010,42
193	2021NE0002032	FUNDAÇÃO AMAZONPREV	R\$ 308.001,76
194	2021NE0002033	FUNDAÇÃO AMAZONPREV	R\$ 232,38
195	2021NE0002041	SECRETARIA ESPECIAL DOS D	R\$ 2.783,76
196	2021NE0002113	FUNDAÇÃO AMAZONPREV	R\$ 174.855,60
197	2021NE0002132	HUGHES TELECOMUNICACOE	R\$ 32.964,50
198	2021NE0002133	HUGHES TELECOMUNICACOES	R\$ 8.790,50
Total			R\$ 13.804.121,02

Fonte: AFI/SEFAZ-AM

10. INVENTÁRIOS

O patrimônio imobilizado e intangível do MPAM, em 2020, era de R\$ 37.547.785,10. Em 2021, esse patrimônio foi acrescido das incorporações de bens, que totalizaram R\$ 1.984.464,93, sendo subtraídos os ajustes negativos de saldo, no montante de R\$ 544.329,59, bem como as operações de depreciação e amortização realizadas nesse exercício, correspondentes a R\$ 1.652.539,43 e R\$ 83.816,75, respectivamente. Assim, obtém-se um saldo final de imobilizado e intangível igual a R\$ 37.251.564,26, o que equivale a uma diminuição de R\$ 296.220,84, em comparação com o ano de 2020.



Quadro 16 – Demonstrativo da Evolução do Imobilizado

Descrição	Valor em R\$
Incorporações	R\$ 1.984.464,93
(-) Baixa por depreciação acumulada	-R\$ 12.484,51
(-) Baixa por inservibilidade	-R\$ 24.900,00
(-) Baixa por desincorporações	-R\$ 484.571,27
(-) Ajustes de valor	-R\$ 4.612,94
(-) Desincorporações diversas	-R\$ 430,00
(-) Desincorporação para reclassificação	-R\$ 17.330,87
Subtotal	R\$ 1.440.135,34
(-) Depreciação no período	-R\$ 1.652.539,43
(-) Amortização no período	-R\$ 83.816,75
Total da evolução patrimonial	-R\$ 296.220,84

Fonte: Sistema AFI/SEFAZ/DCI

A tabela abaixo demonstra, sinteticamente, os acréscimos do imobilizado e no intangível no exercício de 2021. É importante observar que incorporações ao patrimônio que foram realizadas a partir de liquidações de empenhos podem ocorrer tanto no exercício em vigência, como em exercícios futuros. Assim, a tabela a seguir evidencia tanto os bens empenhados e liquidados (ativados) em 2021, quanto os bens que, embora empenhados em 2020, foram liquidados (ativados) em 2021.

Quadro 17 – Demonstrativo de Aquisição do Imobilizado

Itens	Valores
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 334.656,07
Equipamento de proteção, segurança e socorro	R\$ 5.653,44
Máquinas e equipamentos energéticos	R\$ 695,00
Máquinas e equipamentos gráficos	R\$ 10.450,00
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	R\$ 267.490,02
Máquinas, instalações e utensílios de escritório	R\$ 618,98



Equipamentos de processamento de dados	R\$ 1.029.841,86
Aparelhos e utensílios domésticos	R\$ 29.752,27
Mobiliário em geral	R\$ 67.231,70
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	R\$ 43.810,51
Peças não incorporáveis a imóveis	R\$ 1.754,57
Softwares	R\$ 192.510,51
Total	R\$ 1.984.464,93

Fonte: DCI / PGJ AM

Em relação aos bens móveis, verifica-se que os valores da contabilidade conferem com os existentes no Sistema de Gestão de Material e Patrimônio - AJURI, inclusive no que se refere à depreciação acumulada.

Já, em relação aos bens imóveis, embora este processo de inventário já tenha iniciado no exercício de 2021, mormente com as ações de planejamento e qualificativas, ressaltamos a necessidade da conclusão do citado estudo, com procedimentos que possibilitem a avaliação atual dos imóveis e a implementação de controles individualizados e inventariados, de forma que o valor monetário atualizado possa ser correspondido à existência física real e conciliado aos saldos contábeis atualizados.

Ressalto que o inventário dos bens imóveis permitirá a identificação de bens que possam necessitar de ajustes de baixa ou incorporações de valor na ocasião de suas transferências à UG PGJ, com a adoção das devidas práticas contábeis legais, sobretudo no que se refere à valoração e definição de vida útil.

11. SALDOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021, a indicação final de saldos financeiros ainda não apresentava uma total fidedignidade em relação ao respectivo saldo contábil. Estas pendências já haviam sido apuradas em pareceres anteriores, bem como em apurações do E. TCE/AM. As diferenças apontadas em exercícios anteriores foram,



em sua maioria, sanadas no decorrer do período, dando mais transparência, fidedignidade e credibilidade aos valores que o compõem. No entanto, ainda existem contas que apresentam pendências de exercícios anteriores decorrentes da falta de dotação orçamentária à época em que ocorreram as despesas, assim como, outros débitos e créditos a serem contabilizados, os quais se encontram evidenciados nas conciliações bancárias de 31.12.2021.

A Diretoria de Orçamentos e Finanças vem viabilizando, junto à SEFAZ, o ajuste dos saldos financeiros do órgão. Todavia, este item de ressalva se repete por ocasião da emissão deste relatório anual, em razão de ainda não terem sido totalizadas as práticas para solucionar a situação.

O motivo da infidelidade destes dados remonta ao passado da instituição, no tocante às práticas em exercícios anteriores, especialmente o pagamento de despesas sem a devida cobertura orçamentária realizada desde o ano de 2006, e cujos reflexos foram transferidas ano após ano aos saldos financeiros contábeis da instituição. Saliento que tal divergência influencia no resultado final da instituição, apresentando um superávit superestimado no valor das diferenças.

Uma comissão formada por contadores da instituição foi constituída a fim de apurar e conciliar tais saldos financeiros e verificar os ajustes necessários junto ao AFI para corrigir a situação. Esta comissão terminou seus trabalhos durante o exercício de 2012, e apresentou as sugestões de medidas corretivas a serem aplicadas.

O trabalho de conciliação tem avançado e está sendo conduzido pela Diretoria de Orçamento e Finanças, de acordo com as orientações da Administração Superior.

12. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Em relação à situação previdenciária do órgão em 14 de novembro de 2017, foi assinado o termo de adesão do MP/AM com a Fundação Amazonprev, e em



julho de 2019 foram migrados integralmente a folha dos inativos e pensionistas para o órgão previdenciário.

13. LIMITES DE GASTOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) prescreve limites de gastos com pessoal aos poderes e ao Ministério Público. Considerados estes limites, verificamos que no 3º quadrimestre de 2021, a despesa com pessoal, de acordo com os critérios fixados naquela normativa neste Ministério Público durante o exercício de 2021, foram de R\$ 246.357.392,42 em confronto percentual com a Receita Corrente Líquida do Estado de R\$ 18.992.933.782,72 perfazendo uma representatividade de 1,30% (um ponto, trinta centésimos percentuais), quando a referida LRF estabelece como limite 2,00%. Portanto, o gasto com pessoal encontra-se dentro dos parâmetros adotados pela LRF, estando distante ainda dos limites de alerta (1,80%) e prudencial (1,90%).

14. DA GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Segue quantitativo dos procedimentos realizados pela Comissão de Licitações, pela Divisão de Contratos e Convênios e pelo Setor de Compras e Serviços.

Quadro 18 - Licitações

Modalidade	Qtd
Pregão eletrônico	43
Tomada de preços	3
Total	46

Fonte: CPL/PGJ - AM



Quadro 19 – Dispensas e Inexigibilidades

Procedimento	Qtd
Dispensa	36
Inexigibilidade	25

Fonte: SCOMS/PGJ - AM

Quadro 20 - Contratos

Contratos	101
Aditivo de contratos	65
Total	166

Fonte: DCCON/PGJ - AM

Quadro 21 - Convênios

Convênios e instrumentos congêneres	85
Aditivos e congêneres	16
Total	101

Fonte: DCCON/PGJ - AM

15. TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

O Ministério Público do Amazonas vem mantendo em seu sítio eletrônico, no endereço www.mpam.mp.gov.br, um espaço adequado para publicização das informações requeridas pela Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação.

Em relação à Lei Complementar nº 131/2009 que determina a disponibilização, em tempo real, da execução orçamentária, destaco que essa Casa Ministerial utiliza o Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI/SEFAZ-AM, em atendimento ao princípio orçamentário da unidade, com respaldo legal no Art. 2º da Lei 4.320/64 e no art. 165 da CF 88.

No que tange ao solicitado pelo inciso II do art. 48 c/c inciso I do art. 48-A da Lei Complementar 101/2002, informo que é disponibilizado o link constante no final da página do Portal da Transparência Ministério Público que direciona o usuário ao Sistema de Administração Financeira Integrada.



16. RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto nos itens 10 e 11, recomendamos à administração providenciar ações no sentido de aprimorar o controle dos inventários de bens imóveis do Ministério Público e efetuar os ajustes necessários à correção de suas demonstrações contábeis.

17. PARECER TÉCNICO

Após a análise dos demonstrativos da prestação de contas relativa ao exercício de 2021, declara-se que as peças demonstradas representam a movimentação econômico-financeira, contábil, operacional e patrimonial da PGJ, durante o período analisado e estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e demais legislação vigente, incluindo os princípios orçamentários e de Contabilidade, observados os pontos ressaltados nas situações descritas no item 16.

Considerando a declaração acima exposta e as recomendações apresentadas, sugere-se ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM, ao presidente do FAMP, bem como ao seu Conselho Diretor, a aprovação das peças contábeis de 2021 da PGJ e o seu posterior encaminhamento ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM.

É o Parecer,

Manaus, 29 de março de 2022.

BRUNO CORDEIRO
LORENZI:0129993
7004

Digitally signed by
BRUNO CORDEIRO
LORENZI:01299937004
Date: 2022.03.29 15:03:41
-04'00'

BRUNO CORDEIRO LORENZI
Agente Técnico - Contador
Chefe da Divisão de Controle Interno